

# Luta Pela Paz

**Demonstrações financeiras  
referente ao exercício findo em 31  
de dezembro de 2019 e relatório  
dos auditores independentes**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do superávit /(déficit)</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros, Diretores e Administradores da  
Luta Pela Paz**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luta Pela Paz (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit/ (déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luta Pela Paz em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do superávit/ (déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de janeiro de 2020, sem modificação.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2020

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/O-4 F-RJ

  
Luis Claudio de Oliveira Guerreiro  
Contador CRC-RJ 093679/O-1

## Luta Pela Paz

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais - R\$)

ATIVOS	Nota	2019	2018	PASSIVOS	Nota	2019	2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	104.469	406.195	Projetos Incentivados	7	2.430.314	955.724
Títulos e valores mobiliários	4	-	160.175	Proventos e encargos sociais a pagar	6	213.449	2.022.983
Caixa restrito	4	319.942	204.739	Outros passivos		115.727	105.002
Caixa restrito - Projetos Incentivados	7	-	728.070	Arrendamento Mercantil	18	53.975	-
Títulos e valores mobiliários restrito - Projetos Incentivados	4 e 7	2.430.314	227.654	Total do passivo circulante		<u>2.813.465</u>	<u>3.083.709</u>
Adiantamentos diversos		63.309	78.208				
Total do ativo circulante		<u>2.918.034</u>	<u>1.805.041</u>	NÃO CIRCULANTE			
				Arrendamento Mercantil	18	67.353	-
				Proventos e encargos sociais a pagar	6	1.862.122	-
				Total do passivo não circulante		<u>1.929.475</u>	<u>-</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Títulos e valores mobiliários restritos	4	2.262.925	1.942.110	Patrimônio social	9	1.058.816	1.109.384
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	18	118.314	-	(Déficit) do exercício		(174.500)	(50.568)
Imobilizado	5	327.983	395.374				
Total do ativo não circulante		<u>2.709.222</u>	<u>2.337.484</u>	Total do patrimônio líquido		<u>884.316</u>	<u>1.058.816</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>5.627.256</u>	<u>4.142.525</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.627.256</u>	<u>4.142.525</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Luta Pela Paz

## Demonstrações do superávit (déficit)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com doações	11	<u>6.388.905</u>	<u>6.108.141</u>
		<u>6.388.905</u>	<u>6.108.141</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	12	(3.742.455)	(2.999.371)
Despesas com projetos	13	(2.767.615)	(3.078.730)
Despesas com depreciação	5-18	(118.695)	(108.838)
		<u>(6.628.766)</u>	<u>(6.186.939)</u>
 (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		<u>(239.861)</u>	<u>(78.798)</u>
 Resultado financeiro líquido			
	14	<u>65.361</u>	<u>28.230</u>
 (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO			
		<u>(174.500)</u>	<u>(50.568)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Luta Pela Paz

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

*(Valores expressos em Reais - R\$)*

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.041.730	67.654	1.109.384
Incorporação do superávit do exercício anterior	67.654	(67.654)	-
Déficit do exercício corrente	-	(50.568)	(50.568)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>1.109.384</u>	<u>(50.568)</u>	<u>1.058.816</u>
Incorporação do déficit do exercício anterior	(50.568)	50.568	-
Déficit do exercício corrente	-	(174.500)	(174.500)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>1.058.816</u>	<u>(174.500)</u>	<u>884.316</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Luta Pela Paz

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(Déficit) líquido do exercício		(174.500)	(50.568)
Ajustes ao (déficit) líquido do exercício:			
Depreciações	5	118.695	108.838
Ativo imobilizado baixado		-	2.052
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		-	(95.370)
Juros sobre arrendamento	18	7.509	-
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Adiantamentos diversos		14.897	(49.468)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Projetos Incentivados	7	1.474.590	180.916
Proventos e encargos sociais a pagar		52.588	(162.665)
Outros passivos circulantes		10.725	96.208
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.504.505</u>	<u>29.943</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Títulos e valores mobiliários		(2.242.749)	855.880
Caixa restrito		612.867	(494.944)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(120.550)	-
Adições ao imobilizado	5	(5.799)	(33.409)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(1.756.231)</u>	<u>327.527</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento contrato de Arrendamento Mercantil	18	(50.000)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>(50.000)</u>	<u>-</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u><b>(301.726)</b></u>	<u><b>357.470</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	406.195	48.725
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	104.469	406.195
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<u><b>(301.726)</b></u>	<u><b>357.470</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Luta pela Paz (“Entidade” ou “Luta pela Paz” e anteriormente denominada “Associação Luta pela Paz”) origina-se de um projeto criado em 2000 na ONG carioca Viva Rio, pelo pesquisador inglês e ex-lutador de boxe Luke Dowdney, sendo uma instituição jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

A Entidade é mantida através de doações espontâneas e tem como objetivo proporcionar a crianças e jovens moradores do Complexo da Maré (um complexo de 17 favelas na cidade do Rio de Janeiro) uma alternativa de vida distante da violência armada e do crime. Em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do nome da Entidade de Associação Luta pela Paz para Luta pela Paz.

A sede da Entidade, uma edificação doada pela ONG Viva Rio situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização da transferência de titularidade da sua escritura. A Administração já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) desse imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 tem um total de 61 funcionários (60 em 31 de dezembro de 2018).

A metodologia da Entidade é oferecida aos jovens membros das academias no Rio de Janeiro por meio de vários serviços e através dos projetos descritos abaixo:

#### **Lei de incentivo ao esporte - Projeto atletas da paz**

O projeto Atletas da Paz integra atividades esportivas de Boxe & Artes Marciais com aulas de Desenvolvimento Pessoal, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens, com faixa etária entre 7 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré. Complementando estas atividades, a Luta pela Paz também oferece o acompanhamento psicossocial dos jovens, identificando suas necessidades particulares e encaminhando-os para atendimento especializado.

Através da coleta sistemática de informações dos jovens, a equipe da Luta pela Paz consegue mapear e analisar o engajamento dos jovens nas diferentes atividades do projeto, maximizando o impacto no desenvolvimento dos mesmos. Questionários, entrevistas em profundidade e grupos focais são aplicados para investigar o alcance dos resultados a curto e longo prazo, bem como o impacto das iniciativas em dimensões relevantes para o desenvolvimento dos beneficiários.

#### **Lei de incentivo ao esporte - Projeto “Campeões comunitários”**

O projeto ‘Campeões Comunitários’, iniciado em agosto de 2016, e financiado com recursos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte, tem como objetivo principal oferecer aulas de diferentes modalidades (Boxe, Judô, Taekwondo e Muay Thai) para crianças e jovens do Complexo da Maré com previsão de atendimento de 390 beneficiários ao longo de um ano.

Através da realização destas atividades, objetiva-se:

- (i) Promover o bem-estar físico dos participantes do projeto através dos treinos esportivos.
- (ii) Promover o bem-estar emocional e autoconfiança dos participantes do projeto através das atividades esportivas e de cidadania.
- (iii) Promover o respeito às diferenças e aos semelhantes, através das atividades de cidadania.
- (iv) Garantir a satisfação dos participantes do projeto com as ações desenvolvidas.

### **Projeto novos caminhos**

Iniciado em 2009, o projeto tem como foco acessar e engajar jovens com idade entre 16 a 29 anos de idade, que estejam há mais de 2 anos fora da escola, sem qualquer tipo de qualificação ou emprego - um público socioeconomicamente vulnerável e marginalizado.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece o conteúdo do Ensino Fundamental e Ensino Médio através de aceleração escolar, certificando-os através de parceria com duas entidades educacionais privadas: Colégio Daltro e Fundação Roberto Marinho. Além disso, são oferecidos também: orientação profissional e capacitação técnica, aulas de desenvolvimento pessoal e o acompanhamento individual realizado por mentores.

Ao completarem o ciclo de formação no ensino fundamental e médio, os jovens que ingressaram no projeto têm garantida a formação educacional básica, a partir da qual podem continuar seus estudos (ensino médio para os concluintes de Ensino Fundamental e/ou Ensino Técnico e Ensino Superior para os concluintes do Ensino Médio) e construir novas possibilidades dentro do mercado de trabalho, ampliando as opções de escolha de carreira profissional.

### **Projeto reforço escolar**

Iniciado em 2016, o projeto tem como foco acessar e engajar jovens com idade entre 10 a 15 anos de idade, que estejam matriculados na rede pública de ensino fundamental em escolas da Maré e apresentem dificuldades de aprendizado ou alto risco de evasão do sistema educacional.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece atividades suplementares à educação formal, focando em conteúdo de linguagens e raciocínio lógico a partir de abordagens lúdicas e inovadoras, buscando ressignificar a relação deles com a Educação, prevenindo/mitigando o risco de evasão e melhorando o desempenho escolar (notas e/ou progressão seriada). Além destas atividades, os jovens têm também garantido o acompanhamento individual realizado pela equipe multidisciplinar de suporte social, que também realiza um trabalho de engajamento e acompanhamento da família.

### **Projeto especial**

O "Projeto Especial" é uma iniciativa-piloto, que visa trabalhar com jovens em profunda vulnerabilidade socioeconômica e risco social. O objetivo final do projeto é afastá-los dos elementos de vulnerabilidade, encaminhá-los para o mercado de trabalho e oferecer-lhes acesso à educação, construindo, assim, um caminho sustentável para o futuro. O sucesso do projeto será progressivamente atingido por meio de uma combinação de métodos intensivos de acompanhamento e apoio individual, bolsas, cursos rápidos de educação e acesso a empregos formais de maneira a estabelecer uma saída de longo prazo aos participantes.

Além destes projetos centrais, a Luta pela Paz também desenvolve outras ações pontuais, oriundas de financiadores específicos. A saber:

### **Projeto "Na ativa"**

Iniciado em 2016, o projeto tem como objetivo engajar jovens de 16 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré e que estejam desempregados e/ou sem qualificação profissional formal para possibilitar a inserção no mercado de trabalho, através de parcerias com empresas num modelo de consultoria de recrutamento & seleção.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece aulas em três módulos diferentes de treinamento (básico, específico e técnico), em suas instalações, inserindo os jovens num ambiente profissional e com regras específicas de participação. Os cursos têm duração variada, de 1 mês e meio a 1 ano, e são acompanhados de atividades de orientação vocacional, para elaboração de plano de carreira. Ao término da formação, os concluintes são encaminhados para oportunidades de emprego captadas junto à rede de parceiros/empresas da Luta pela Paz, que trabalham em conjunto com a organização para levantar demandas de mão de obra profissionalizada. Uma vez inseridos, os jovens são acompanhados regularmente pela equipe da Luta pela Paz, em conjunto com os representantes das empresas contratantes, visando garantir sua retenção e crescimento no ambiente de trabalho.

### **Projeto "Maré unida"**

Iniciado em 2018, o projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento do potencial de crianças, adolescentes e jovens moradores do Complexo da Maré e do Parque das Missões de forma a impactar a maneira como elas se vêem, como se relacionam com os outros e como fazem suas escolhas em relação ao futuro. As atividades previstas incluem a oferta integrada de serviços de apoio e atividades para 1470 participantes diretos nas áreas de esporte, educação complementar, qualificação profissional, suporte social e protagonismo juvenil. Adicionalmente, com o propósito de ampliar o alcance das ações para além da Maré, será realizado o treinamento de uma organização da sociedade civil atuante no Parque das Missões na metodologia da Luta pela Paz.

### **Isenção da contribuição previdenciária patronal (certificação CEBAS)**

O Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social, concedeu à Luta pela Paz, em 17 de julho de 2018, a certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS). Por conta dessa certificação, a entidade fará jus aos benefícios da Lei 12.101 de 2009, especialmente a contribuição patronal da seguridade social, que corresponde a 20% sobre o gasto da folha de pagamento. Para atender os requisitos da legislação a Entidade:

- I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
- II. aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

- III. apresenta certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV. mantém escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;  
V - não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- V. conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VI. cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VII. apresenta as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros., aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Assembleia dos Associados 14 de dezembro de 2020.

## **3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são resumidas como segue:

### **a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis.

### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pela Entidade, a Administração adota julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revisados em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada.

***Provisões para riscos***

As provisões para ações judiciais e demais assuntos que envolvam expectativa de desembolso futuro de caixa são estimados pela Administração em conjunto com seus consultores legais externos, considerando o provável desfecho da discussão em termos de desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para a Entidade. A Entidade está ciente de sua exposição ao risco de ser acionada judicialmente.

***Vida útil dos ativos imobilizados com vida útil definida***

A depreciação é estimada a fim de depreciar o custo de ativos imobilizados, com exceção dos imobilizados em andamento, utilizando as suas vidas úteis estimadas, pelo método do cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base em experiência prévia e melhor gestão do conhecimento, e são revisadas anualmente.

**d. Instrumentos financeiros**

***Instrumentos financeiros não derivativos***

Incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, e são avaliados com base no custo amortizado.

***Ativo financeiros não derivativos***

***Caixa e equivalentes de caixa***

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da sua contratação sem risco de perda significativa de valor.

***Títulos e valores mobiliários***

São substancialmente investimentos financeiros em fundos de renda fixa, remunerados de acordo com a variação do CDI, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem o seu valor de mercado.

***Títulos e valores mobiliários restritos***

Reserva financeira aprovada em reunião de diretoria na data de 26 de maio de 2017 vide Nota 4 alínea d

***Títulos e valores mobiliários restritos – Projetos Incentivados***

Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos incentivados, são apresentados nas seguintes rubricas: (i) “Títulos e valores mobiliários restritos – projetos incentivados”, representados pelos recursos obtidos dos projetos e ainda não iniciados ou não liberados para utilização pelo Ministério do Esporte e da Saúde, e (ii) “Caixa restrito”, representado pelos recursos já liberados pelo Ministério do Esporte, mas cuja utilização deverá ocorrer após o prazo de 90 dias, conforme previsto no orçamento do projeto.

***Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

**e. Apuração do superávit (déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações**

O superávit (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas, jurídicas e oriundas de projetos incentivados dos Ministérios do Esporte e da Saúde. Estas doações e contribuições são usualmente contabilizadas quando recebidas em virtude da impossibilidade de precisão dos valores e das datas de seu recebimento e são aplicadas nos projetos que a Entidade desenvolve (nota explicativa nº 1).

*Doações e Projetos Incentivados*

As doações recebidas vinculadas a projetos Incentivados, são registradas quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade e são reconhecidas como passivo, sendo apropriadas ao resultado quando da aprovação e liberação para execução assumidos.

**f. Ativo imobilizado**

*Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de benfeitorias em propriedade de terceiros (imóvel doado em processo de regularização legal) inclui o custo de materiais, mão de obra direta e outros custos para colocar o imóvel em condição necessária para a operação da Entidade.

Direito de uso locação de imóveis representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento de escritórios da entidade. São amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento.

### **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado utilizando o método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento.

Em 2019, a Entidade revisou a estimativa de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado concluindo pela não necessidade de ajustes nas estimativas da vida útil. As vidas úteis estimadas pela Administração são as seguintes:

- Móveis e utensílios - 10 anos.
- Máquinas e equipamentos - 5 anos.
- Equipamentos de informática - 5 anos.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 25 anos.
- Direito de uso locação de imóveis – 3 anos
- Instalações - 5 anos.
- Veículos - 5 anos.

A vida útil estimada para benfeitorias em imóveis de terceiros considera a premissa da regularização pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da doação do imóvel sede da ONG Viva Rio para a Luta pela Paz.

### **g. Impairment de ativos não financeiros**

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

### **h. Provisões e passivos circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.



A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Entidade em virtude do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas da seguinte forma: (i) para causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como provável, são constituídas provisões; (ii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas; e (iii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Entidade, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

**i. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras de recursos destinados a projetos são reconhecidas contra o passivo caso ainda não tenham sido realizadas integralmente.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

**j. Normas e mudanças nas principais políticas contábeis implementadas**

***IFRS 16 (CPC 06 R2) – Operações de arrendamento mercantil***

A Entidade aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Entidade adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

**a. Definição de arrendamento**

No início de um contrato, a Entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

**b. Como arrendatário**

Como arrendatário, a Entidade classificava anteriormente arrendamentos com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a entidade reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

**4 Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários restritos**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	1.628	5.955
Aplicações financeiras	102.841	400.240
Total de caixa e equivalentes de caixa	104.469	406.195

Os recursos existentes de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são decorrentes de doações efetuadas aos projetos sociais a serem utilizados nos gastos correntes das operações da Entidade.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com carência original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos para utilização nos compromissos de curto prazo.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa restrito circulante (a)	319.942	204.739
Títulos e valores mobiliários circulante (b)	-	160.175
Títulos e valores mobiliários circulante restrito – Projetos Incentivados (c)	2.430.314	955.724
Títulos e valores mobiliários restritos não circulante (d)	2.262.925	1.942.110

- (a) Os recursos existentes em Caixa Restrito referem-se ao saldo liberado pelo Ministério do Esporte, transferidos da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos, captados através da Lei do Incentivo ao Esporte para utilização nos projetos da Entidade (conforme nota explicativa nº 7).
- (b) A Entidade possui, substancialmente, investimento em fundo de investimento “Bradesco FIC FI Referencial DI Special”, remuneradas de acordo com variação do CDI (“Certificado de Depósito Interbancário”). Em 2019, o Fundo teve rentabilidade média de 90,89% do CDI e em 2018 rentabilidade média de 93,27%.

- (c) São considerados como Títulos e Valores Mobiliários visto os recursos obtidos dos projetos incentivados que ainda não foram iniciados ou não estão liberados para utilização conforme nota explicativa nº 7 alínea b e c que estão aplicados em Fundo de investimento de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública federal. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Supremo Setor Público FIC FI. Em 31 de dezembro 2019, a rentabilidade média desse fundo foi de 2,05% e em 2018 rentabilidade média de 2,27%.
- (d) Foi aprovada em reunião de diretoria na data de 26 de maio de 2017, a criação de uma reserva financeira que só poderá ser utilizada por aprovação do conselho fiscal ou da assembleia geral. A mesma poderá ser aumentada por valores que a Entidade entenda ter como sobra de disponibilidade.

## 5 Imobilizado

	<b>Benefitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Instalações</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>							
Em 31 de dezembro de 2017	278.965	156.658	82.739	106.289	150.141	81.539	856.331
Adições	-	-	-	-	31.437	1.972	33.409
Baixas	(666)	-	-	(122)	(1.264)	-	(2.052)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>278.299</b>	<b>156.658</b>	<b>82.739</b>	<b>106.167</b>	<b>180.314</b>	<b>83.511</b>	<b>887.688</b>
Adições	-	-	-	-	5.799	-	5.799
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>278.299</b>	<b>156.658</b>	<b>82.739</b>	<b>106.167</b>	<b>186.113</b>	<b>83.511</b>	<b>893.487</b>
<b>Depreciação</b>							
Em 31 de dezembro de 2017	(79.139)	(56.279)	(87.239)	(69.655)	(72.028)	(19.136)	(383.476)
Adições	(10.652)	(19.204)	4.500	(24.450)	(38.958)	(18.021)	(106.785)
Baixas	(666)	-	-	(122)	(1.264)	-	(2.052)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(90.457)</b>	<b>(75.483)</b>	<b>(82.739)</b>	<b>(94.227)</b>	<b>(112.250)</b>	<b>(37.157)</b>	<b>(492.313)</b>
Adições	(10.556)	(15.381)	-	(7.309)	(26.195)	(13.750)	(73.191)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(101.013)</b>	<b>(90.864)</b>	<b>(82.739)</b>	<b>(101.536)</b>	<b>(138.445)</b>	<b>(50.907)</b>	<b>(565.505)</b>
<b>Imobilizado líquido em</b>							
31 de dezembro de 2017	199.826	100.379	(4.500)	36.634	78.113	62.403	472.855
31 de dezembro de 2018	187.842	81.175	-	11.940	68.064	46.354	395.375
<b>Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>177.286</b>	<b>65.794</b>	<b>-</b>	<b>4.631</b>	<b>47.668</b>	<b>32.604</b>	<b>327.983</b>

As adições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referem-se a equipamentos de informática para uso administrativo, as adições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se a equipamentos de informática para uso do projeto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sede da Entidade foi doada pela ONG Viva Rio, processo este ainda sob regularização pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Não é cobrado aluguel pela ONG à Entidade. Os custos com sua manutenção e taxas são de responsabilidade da Entidade, bem como as benfeitorias efetuadas ao imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

## 6 Proventos e encargos sociais a pagar

	2019	2018
Ordenados e salários a pagar	12.288	2.361
Encargos previdenciários sobre serviços prestados (a)	1.862.122	1.862.122
Provisão de férias	2.520	2.520
Encargos sociais	63.413	57.676
Outros	135.228	98.304
	<hr/>	<hr/>
Total de proventos e Encargos Sociais a Pagar	2.075.571	2.022.983
	<hr/>	<hr/>
Circulante	213.449	2.022.983
	<hr/>	<hr/>
Não Circulante	1.862.122	-
	<hr/>	<hr/>

- (a) A Entidade, no curso normal de suas operações, adotou até 31 de dezembro de 2019, práticas que ensejavam risco de penalização pecuniária, decorrentes de assuntos ainda não pacificados na jurisprudência, cuja estimativa encontra-se provisionada.

## 7 Projetos incentivados

### **LIE - Lei de incentivo ao esporte**

Corresponde aos recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação, a liberação dos valores ocorre apenas mediante aprovação do Ministério do Esporte sobre o cronograma e a divulgação das atividades.

### **PRONAS - Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência**

Corresponde aos recursos captados pelo Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD (Lei 12715/2012), a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação, a liberação dos valores ocorre apenas mediante aprovação do Ministério da Saúde sobre o cronograma e a divulgação das atividades.

Segue abaixo a demonstração da movimentação do passivo:

<b>PROJETOS INCENTIVADOS</b>		<b>2017</b>	<b>Doações</b>	<b>Atualiz.Mon.</b>	<b>Liberações</b>	<b>2018</b>
LIE	Atletas da Paz I	265.565	-	2.043	(267.609)	-
LIE	Atletas da Paz II	-	728.070	-	-	728.070
LIE	Campeões Comunitários I	3.601	-	507	-	4.108
LIE	Campeões Comunitários II	505.642	-	1.599	(283.693)	223.548
<b>Total</b>		<b>774.808</b>	<b>728.070</b>	<b>4.149</b>	<b>(551.302)</b>	<b>955.724</b>

<b>PROJETOS INCENTIVADOS</b>		<b>2018</b>	<b>Doações</b>	<b>Atualiz.Mon.</b>	<b>Liberações</b>	<b>2019</b>
LIE	Atletas da Paz II	728.070	-	-	(728.070)	-
LIE	Campeões Comunitários I	4.108	-	67	-	4.175
LIE	Campeões Comunitários II	223.548	-	2.289	(225.333)	504
LIE	Campeões Comunitários III	-	413.750	64	-	413.814
LIE	Destemidas	-	460.529	305	-	460.834
PRONAS	Abraçando as Diferenças	-	860.149	98	-	860.247
PRONAS	Luta pela Inclusão no Trabalho	-	690.664	76	-	690.740
<b>Total</b>		<b>955.724</b>	<b>2.425.092</b>	<b>2.899</b>	<b>(953.403)</b>	<b>2.430.314</b>

Saldo passivo total em 31 de dezembro de 2018: 955.724  
Saldo passivo total em 31 de dezembro de 2019: 2.430.314

**a. Captação**

Os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte e do PRONAS, são automaticamente aplicados em fundo de investimento de renda fixa DI até a sua liberação, mediante aprovação dos Ministérios.

- **LIE – Campeões Comunitário III** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.142.260, porém o valor total captado foi de R\$ 413.750 até 31 de dezembro de 2019.
- **LIE – Destemidas** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 436.916, porém o valor total captado foi de R\$ 396.001 e Repasse do Projeto Atletas da Paz I no valor de R\$ 64.528, totalizando R\$ 460.529 até 31 de dezembro de 2019.
- **PRONAS – Abraçando as Diferenças** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério da Saúde foi de R\$ 860.149, o valor total captado foi de R\$ 860.149 até 31 de dezembro de 2019.
- **PRONAS - Luta pela Inclusão no Trabalho** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério da Saúde foi de R\$ 623.664, porém o valor total captado foi de R\$ 690.664 até 31 de dezembro de 2019.

**b. Aplicação – Atualização monetária**

Os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte e do PRONAS, são mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação e automaticamente aplicados em Fundo de investimento de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública federal. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Supremo Setor Público FIC FI. Em 31 de dezembro 2019, a rentabilidade média desse fundo foi de 2,05% e em 2018 rentabilidade média de 2,27%

**c. Liberações**

A liberação dos recursos depende do sucesso do processo de captação de cada projeto, permitindo a condução do mesmo em linha com o orçamento apresentado e transferindo os valores da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos para uma Conta de Caixa Restrito.

- **LIE – Atletas da Paz II** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$ 728.070 para utilização no Projeto.
- **LIE - Campeões Comunitários II** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$ 225.333 para utilização no Projeto.

## **8 Provisão para riscos**

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, concluiu que em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existem processos legais cuja probabilidade de perda da Entidade seja classificada como provável ou possível, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada, respectivamente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

## **9 Patrimônio líquido**

O patrimônio social da Luta pela Paz em 31 de dezembro de 2019 é composto pelo montante de R\$ 1.058.816 (R\$ 1.109.384 em 31 de dezembro de 2018), e é formado pelo superávit (déficit) acumulado dos exercícios. A destinação do superávit acumulado é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente.

## **10 Transações com partes relacionadas**

### **Fight for peace internacional**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi recebida pela Entidade doação da Fight For Peace Internacional, no montante de R\$ 1.288.825 (R\$ 1.242.425 em 31 de dezembro de 2018), sem vínculo a projeto específico. A Fight For Peace Internacional é uma instituição fundada por Luke Dowdney, associado fundador e diretor da Entidade.

### **JL Oficina de ideias e organização de eventos ltda**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos honorários no montante de R\$165.535, relativos à prestação de serviços administrativos. A JL tem como acionista um dos diretores da Entidade que recebeu por parte da JL durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 honorários no montante de R\$165.535, não havendo para o exercício findo de 2019 pagamento de honorários.

## Remuneração do pessoal-chave

A Entidade considera como pessoas chave da Administração seus diretores, sendo que apenas três deles são remunerados por dedicarem-se em tempo integral a Entidade. A remuneração da diretoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 762.549 (R\$ 442.741 em 31 de dezembro de 2018 para dois). Tais remunerações não consideram os pagamentos efetuados para a JL, acima descritos.

## 11 Receitas com doações

	31/12/2019	31/12/2018
Ministério do Esporte (c)	953.403	551.302
Fight For Peace Internacional (a)	1.288.825	1.242.425
IKEA (b)	-	415.599
Comitê Olímpico Brasileiro	-	206.026
Petrobras (e)	1.217.422	842.912
British CommonWealth	-	9.000
Itaú Social	-	250.000
Trafigura Foundation	-	25.499
Laureus Sport for Good Foundation	236.400	293.786
Empower	20.400	-
HNG/UFC	-	75.036
Embraer	-	30.000
Unesco (Criança Esperança)	283.383	22.499
Doações de pessoas físicas	21.186	13.723
Holman Fenwick Willan – HFW	46.500	188.771
George Osborne	-	241.900
Wise – Swiss Philanthropy (b)	-	352.500
Julius Baer	465.000	453.183
Instituto Phi	49.875	49.875
Fundo Socioambiental Caixa - FSA	-	94.000
Jacobs Foundation	202.250	191.500
Instituto Arredondar	-	10.664
Comic Relief (d)	482.182	58.680
Tom Biggarts	-	49.704
Enopp	4.644	-
Associação Internacional Newcomers	5.000	-
Prism	23.925	-
Novo Ello Consult	15.509	-
Furnas Centrais Elétricas	15.000	-
WBHF	-	18.579
Colombia Development	119.625	-
Gemachado Comércio de Alimentos	-	1.400
Pagar Me	15.898	-
Soko Assessoria	-	15.000
Stripe Brasil	1.477	3.404
Reebok (f)	897.929	393.215
Dream Work	585	360
SRM Consultoria	2.337	2.353
Hall of Fame Management Inc	20.150	-
JS Brasil Consultoria	-	5.244
	<hr/>	<hr/>
Total de doações	6.388.905	6.108.141

- (a) A Fight For Peace Internacional é uma organização sem fins lucrativos (“charity”), cujo fundador e diretor, Luke Dowdney, também é fundador e diretor da Luta pela Paz. A Fight For Peace Internacional e a Luta pela Paz integram um conjunto internacional de organizações similares e com objetivos igualmente voltados para a assistência social da Federação.

- (b) Projeto "Na Ativa": Em 01 de julho de 2016, foi estabelecido um acordo de contribuição financeira com a Ikea Foundation e a Wise Swiss Philantrophy, para o Projeto "NA ATIVA", ambos com validade até 30 de junho de 2019. O valor total desse projeto é de EUR585.415 (que representavam, em julho de 2016, R\$2.048.952).

O valor de contrato da Ikea é de EUR281.000 e até 30/06/2019 foi desembolsado EUR304.415 e até 31/12/2018 o valor de EUR 281.000.

O valor de financiamento da Wise é de CHF320.000, tendo sido desembolsado até 31/12/2018 o montante de CHF320.000.

- (c) Doação referente a Lei de Incentivo ao Esporte recurso liberado (vide nota explicativa nº 7).
- (d) Comic Relief apoia o projeto "Maré Unida". Os valores recebidos em 2018 correspondem ao segundo ano de execução das atividades, em 2019 apoia ao projeto "Embrace" em seu primeiro ano de execução das atividades.
- (e) Patrocínio da Petrobras no valor total de R\$2.440.880 ao Projeto Maré Unida a ser executado em 24 meses de 2018 a 2020, foi desembolsado R\$842.912 em 2018 e até 31/12/2019 foi desembolsado R\$1.217.422.
- (f) Contrato da Reebok no valor de USD283.333 (R\$897.929) em 2019 e em 2018 USD198.333 (R\$393.215), o recurso é utilizado no suporte das despesas operacionais da entidade.

## 12 Despesas com pessoal

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Salários	(2.629.502)	(1.887.417)
Férias	(99.776)	(218.132)
13º salário	(206.892)	(162.424)
Encargos sociais	(357.599)	(426.741)
Despesas médicas	(225.760)	(268.668)
Outros	(222.926)	(35.989)
	<u>(3.742.455)</u>	<u>(2.999.371)</u>

## 13 Despesas com projetos

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Serviços de terceiros e encargos previdenciários	(1.286.894)	(1.838.786)
Ajuda de custo (alimentação e transportes - jovens)	(27.745)	(114.841)
Transporte (**)	(216.230)	(82.383)
Lanches e refeições	(56.968)	(46.743)
Despesas com viagens	(112.351)	(155.022)
Telefone	(68.036)	(56.753)
Bolsas de estudo (**)	(275.179)	(68.181)
Uniformes	(8.540)	(42.190)
Aluguel	(84.710)	(74.545)
Energia elétrica	(56.504)	(45.736)
Material de expediente	(66.207)	(40.076)
Despesas tributárias	(16.318)	(1.648)
Devolução de recursos	(65.515)	-
Manutenção e conservação	(136.908)	(140.617)
Material de consumo	(21.643)	(39.775)
Outras despesas (*)	(267.866)	(331.434)
	<u>(2.767.615)</u>	<u>(3.078.730)</u>

- (\*) Refere-se basicamente a cursos, seguros contratados, registro de atletas, despesas diversas de projetos e internet.



(\*\*) Refere-se basicamente a gastos com transporte e bolsas de estudo dos alunos de cursos técnicos que atendem ao projeto “Na Ativa”

## 14 Resultado financeiro líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	120.550	95.369
Outras Receitas financeiras	10.000	-
Total de receitas financeiras	130.550	95.369
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(29.438)	(41.674)
Multas e juros	(32.174)	(17.040)
IRRF	(2.996)	(6.410)
Outros	(581)	(2.015)
Total de despesas financeiras	(65.189)	(67.139)
Total do resultado financeiro	65.361	28.230

## 15 Impostos – IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

## 16 Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD)

O Departamento Jurídico da Entidade, concluiu que o ITCMD não incide sobre as doações recebidas pela Entidade, em decorrência da Imunidade tributária estabelecida no artigo 150, inciso VI, linha “c” da Constituição Federal.

Nesse sentido, cumpre salientar que a Entidade, de acordo com o Estatuto Social (artigo 3º), é uma organização sem fins lucrativos que se destina à coletividade, especialmente às crianças e jovens, utilizando o esporte como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento pessoal, fazendo jus, portanto, à Imunidade constitucional estabelecida.

## 17 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### a. Gerenciamento de riscos

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outros passivos circulantes.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores justos que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Devido às características e à forma de suas operações, e considerando sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Entidade está sujeita aos seguintes principais fatores de risco:

- **Risco de crédito**

Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 104.469 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 406.195 em 31 de dezembro de 2018), e caixa restrito, títulos e valores mobiliários restritos e não restritos R\$ 5.013.181 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.329.941 em 31 de dezembro de 2018), a Entidade opera com instituições financeiras de “primeira linha”.

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e equivalente de caixa	4	104.469	406.195
Títulos e valores mobiliários	4	-	160.175
Caixa restrito	4	319.942	204.739
Caixa restrito – Projetos Incentivados	7	-	728.070
Títulos e valores mobiliários restrito – Projetos Incentivados	7	2.430.314	227.654
Títulos e valores mobiliários restrito	4	2.262.925	1.942.110
<b>Total</b>		<b>5.117.650</b>	<b>3.668.943</b>

- **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade apresenta capital circulante positivo de R\$104.569 e capital circulante negativo de R\$1.278.668 em 31 de dezembro de 2018. Deve ser ressaltado também que, em caso de necessidades financeiras, e desde que aprovado através de assembleia geral, poderá ser usada, parcial ou totalmente, a reserva financeira criada em 2017 (títulos e valores mobiliários restritos), classificada no ativo não circulante, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.262.925 (R\$1.942.110 em 31 de dezembro de 2018).

- **Risco de mercado**

Risco de mercado significa que alterações nas taxas de juros podem provocar alterações nas receitas e despesas da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro para a Entidade.

Os principais ativos da Entidade tratam-se de títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras, restritos e não restritos, em CDI, no montante de R\$ 5.013.181 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.329.941 em 31 de dezembro de 2018).

**b. Análise de sensibilidade**

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, como segue:

Descrição	Exposição		Impacto	Cenário I Provável (**)	Cenário II Possível (+25%)	Cenário III Remoto (-25%)
	2019	Risco				
Aplicações Financeiras	2.750.254	Baixa do CDI(*)	Resultado	2.910.044	3.637.555	2.182.533
Rendimentos de aplicações financeiras	130.550	Baixa do CDI(*)	Resultado	138.135	172.669	103.601
Despesas financeiras	65.189	Baixa do CDI*	Resultado	68.976	86.221	51.732

(\*) As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimento e CDB's, os fundos são classificados como renda fixa e referenciados DI, os quais investem preponderantemente em ativos pós-fixados ao CDI e apresentam liquidez diária para resgate.

Outra pequena parcela corresponde a CDB's com liquidez diária, que também são indexados a taxa CDI.

(\*\*) Considera o CDI de 28/02/2020, 5,81% ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do Bacen.

**18 Ativos e passivos de arrendamento**

Em observância a CPC 06(R2) a administração avaliou suas demonstrações financeiras e, não foi identificado que a Entidade deverá reconhecer ativos e passivos de arrendamentos retrospectivos a 1º de janeiro de 2019, reconhece o contrato firmado em fevereiro de 2019, objeto de locação não residencial a sala 501, do 5º pavimento do Edifício Unidos, sito à Av. Rio Branco, nº 26, Centro do Rio de Janeiro/RJ para adoção da norma como arrendatária.

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

	Saldo final 31/12/2018	Adoção CPC 06 (R2)	Encargos a apropriar	Pagamentos		Encargos incurridos	Saldo final 31/12/2019
				Principal e Juros	Depreciação		
Passivo de arrendamento	-	(163.819)	(16.181)	50.000	-	8.672	121.328
Direito de uso	-	163.819	-	-	(45.505)	-	118.314
<b>Compromissos Estimados (a pagar)</b>				<b>Valor Futuro</b>	<b>Juros Anuais</b>		<b>Valor Presente</b>
Circulante				60.000	(6.025)		53.975
Não circulante				70.000	(2.647)		67.353
<b>Em 31/12/2019</b>				<b>130.000</b>	<b>(8.672)</b>		<b>121.328</b>

## 19 Cobertura de seguros

A Entidade possui seguros contratados para seu imóvel sede, Seguro Fiança Locatícia e Seguro Responsabilidade Civil, totalizando R\$5.087.820 de importância segurada. A seguir, as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2019:

Objetos de seguro	Cobertura	Valor segurado	Seguradora	Data de fim de vigência
1 - Imóveis	Incêndio/raio/explosão	1.000.000	Bradesco	29/03/2020
	Queda de raio -			
	Estabelecimento de ensino	500.000	Bradesco	29/03/2020
	Danos elétricos	100.000	Bradesco	29/03/2020
	Vendaval/Granizo	100.000	Bradesco	29/03/2020
	Despesas Recomposição Documentos	20.000	Bradesco	29/03/2020
	Ruptura de Tubulações	20.000	Bradesco	29/03/2020
	<b>Total</b>	<b>1.740.000</b>		
2 - Fiança Locatícia	Aluguel	150.000	Porto Seguro	13/03/2020
	Desp. Ord. Condominiais	90.000	Porto Seguro	13/03/2020
	IPTU	47.820	Porto Seguro	13/03/2020
	Dano ao Imóvel	30.000	Porto Seguro	13/03/2020
	Pintura Interna	15.000	Porto Seguro	13/03/2020
	Multa p/ Resc. Contratual	15.000	Porto Seguro	13/03/2020
	<b>Total</b>	<b>347.820</b>		
3 - Responsabilidade Civil	Directors & Officers	3.000.000	Berkley Intern. do Brasil Seguros SA	02/04/2020
	<b>Total</b>	<b>3.000.000</b>		
<b>Total Geral</b>		<b>5.087.820</b>		

## 20 Eventos subsequentes

### 20.1 Efeito da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Devido ao seu alcance global e todos os reflexos que este surto vem desencadeando e influenciando em decisões relevantes em todos os setores, inclusive no terceiro setor. A administração vem gerenciando o tema da COVID-19 e estabeleceu alguns processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações:

- **Cuidado com os colaboradores:** Até o momento vem trabalhando no estabelecimento de políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, adotando medidas como: Trabalho de forma remota, rodízio de circularização de pessoas, horários flexíveis de entrada e saída para espaçamento e circularização dos colaboradores nos escritórios e áreas de desenvolvimento da entidade; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circularização, introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização física de mobiliários e instalações prediais.

- **Apoio à sociedade como atividade essencial:** Vem estudando e implementando ações para disponibilizar estrutura e operações em apoio a comunidade da região que atua, visando neste momento ao máximo o seu objetivo pelo desenvolvimento humanitário, dando um apoio maior a área da assistência social. A entidade vem se doando ao máximo na linha de frente no combate ao vírus, obedecendo às determinações de órgãos públicos e governos, mas mantendo em funcionamento as atividades de forma remota, em prol da comunidade.
- **Impactos econômico-financeiros:** Sabemos que as consequências econômicas podem alterar nossa necessidade de captação e refletir nos nossos resultados e planos futuros. Enfrentamos um problema desafiador assim como todo o Mundo e visando mitigar eventual impacto financeiro que influencie em suas atividades e manutenção, a entidade vem realizando a construção de diversos processos e medidas para potencializar a captação de recursos, conseguindo sensibilizar os doadores atuais para manutenção dos projetos existentes e na captação de recursos para projetos emergenciais que vem atendendo as famílias da região, implantou medidas de contingência visando redução de custo operacional a curto e longo prazo, sendo relevante de apontamento o distrato de locação do imóvel, sala 501 – 5º Pavimento, sito à Av. Rio Branco, 26 - constante na nota 18, a administração não identificou alteração significativa nas atividades e projetos, tais como: manutenção dos empregos, queda do volume das doações de pessoas físicas ou jurídicas e a redução de projetos que possam estar relacionados a reflexos da pandemia do Coronavírus.

## 20.2 Principais doações recebidas

Abaixo listamos as principais doações recebidas pela Entidade em 2020, até a presente data:

<b>Doador</b>	<b>Valor</b>	<b>Projeto</b>
COMIC RELIEF	785.244	Diversos
LAUREUS	205.138	Atletas da Paz
LIE – CAMPEÕES COMUNITÁRIOS III	700.818	Campeões Comunitários III
LIE – DESTEMIDAS	251.594	Destemidas
REEBOK	940.931	Diversos
FIGHT FOR PEACE INTERNATIONAL	2.406.985	Diversos
JACOBS FOUNDATION	268.966	Diversos
JULIUS BAER	953.700	Diversos
PRONAS – ABRAÇANDO AS DIFERENÇAS	863.045	Abraçando as Diferenças
UNICEF	1.018.300	Diversos
SWISS PHILANTHROPY FOUNDATION	191.866	Diversos
STIFTUNG AUXILIUM	414.817	Diversos
TRANSFORMING LIVES AWARDS	249.871	Diversos
PETROBRAS	380.545	Maré Unida
ACG PARTICIPAÇÕES	200.000	Diversos
Total	<u>9.831.820</u>	